

# **Evolução do sector agrícola português após a adesão à União Europeia**

*Maria José Palma L. Santos<sup>1</sup>*

## **Resumo**

Este artigo pretende analisar a evolução do sector agrícola português e dos rendimentos dele provenientes após a adesão à Comunidade Europeia (CE) em 1986 até 2000. A metodologia utilizada baseia-se na análise das Contas Económicas da Agricultura e no Sistema Europeu de Contas. A análise é efectuada por médias móveis centradas e cálculo da taxa de crescimento médio anual para os triénios consecutivos desde 1986/1987/1988 até 1999/2000/2001. Os resultados evidenciam que, em média, durante o período em estudo os indicadores de rendimento tiveram genericamente uma evolução positiva. A produção final agrícola teve, durante o período em análise um crescimento médio anual de 0,42%, valor para o qual contribuiu a produção animal com um crescimento médio anual de 1,1% . Durante este período a produção agrícola orientou-se claramente para o incremento da produção animal verificando-se paralelamente um crescimento médio negativo da produção vegetal (-0,05%). Em simultâneo a agricultura portuguesa, assistiu ao decréscimo do emprego agrícola; cuja taxa de crescimento foi -5%, facto que também contribuiu para aumentar a retribuição dos factores de produção no sector agrícola.

## **1 – Introdução**

Após a adesão de Portugal à CE em Janeiro de 1986 a Portugal foi obrigado a adoptar a Política Agrícola Comum (PAC) o que provocou profundas alterações socio-económicas na agricultura portuguesa. Estas alterações advêm sobretudo da implementação da política de preços e de mercados agrícolas e do elevado montante de fundos estruturais disponibilizado para apoiar a modernização da agricultura mediante investimentos públicos e privados destinados a ajustamentos estruturais dos processos de produção e de comercialização de produtos.

As políticas de preços e de mercados agrícolas alteraram-se em 1996 como consequência do processo de harmonização das políticas de preços e de mercados agrícolas e comunitários e das modificações introduzidas nas estruturas de regulação dos mercados agrícolas durante o período de transição (1986-96), da evolução da PAC durante a última década e meia, com especial relevo para a reforma de 1992; da criação do Mercado Único em 1993; das alterações sofridas pelas características macro-económicas em Portugal associadas com a integração no Sistema Monetário Europeu, a implementação da União Económica e Monetária e, mais recentemente, com a introdução da moeda única (Avillez, 2002).

Na altura em que aderiu à CE a agricultura portuguesa era caracterizada pela sua fraqueza e atraso estrutural, o que levou a que Portugal beneficiasse desde logo da totalidade das medidas de política de estruturas agrícolas em vigor no âmbito da PAC, assim como de medidas específicas para o desenvolvimento da agricultura portuguesa como por exemplo o Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAR), baseado num conjunto de medidas individuais e colectivas fundos estruturais agrícolas. Paralelamente assistiu-se à implementação da reforma de

---

<sup>1</sup> Escola Superior Agrária – Instituto Politécnico de Castelo Branco

fundos estruturais com o consequente lançamento do primeiro, segundo e terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA), lançados respectivamente nos períodos 1989-93, 1994-99 e 2000-006.

Como consequência destes tipos de medidas resultantes da integração de Portugal na UE, assistiu-se a uma reorientação ao nível da produção agrícola em simultâneo ao processo de ajustamento estrutural. Este artigo tem como principal objectivo analisar a evolução da produção final agrícola portuguesa e dos respectivos indicadores de rendimento desde a adesão de Portugal à CE. Para o efeito analisam-se alguns indicadores da produção agrícola e animal e dos sub-sectoros que a compõem, assim como alguns indicadores que permitam inferir sobre a evolução do rendimento dos factores utilizados pelos empresários agrícolas na agricultura portuguesa durante este período.

## 2 – Metodologia

A metodologia utilizada baseou-se principalmente na análise das Contas Económicas da Agricultura (INE, 2002; INE, 2003) e outros indicadores estatísticos de evolução da agricultura (GPPAA, 1998; GPPAA, 1999; GPPAA, 2000). Assim, para inferir sobre a evolução e reorientação da produção agrícola foi tido em consideração o rendimento e a produção agrícola a preços constantes de 1986 e o índice de preços implícitos na produção. O rendimento da actividade agrícola foi avaliado através de dois indicadores: o Rendimento dos Factores (RF) que representa a retribuição a preços reais, do conjunto dos factores primários de produção (terra, trabalho e capital) utilizados no processo produtivo; o Rendimento Empresarial Líquido (REL) que representa a remuneração dos factores que pertencem ao empresário (trabalho familiar, terra e capital próprio).

A avaliação da produção final agrícola é efectuada pelo preço base<sup>2</sup> quer em termos dos sectores produção vegetal e produção animal, quer ainda dos respectivos sub-sectoros que as compõem. O índice de preços (*ip*) foi obtido, dividindo o valor da produção agrícola de cada ano a preços correntes ( $P_n$ ) pelo respectivo valor a preços constantes de 1995 ( $P_{n.95}$ ). e foi calculado em termos agregados para os sub-sectoros da produção animal:

$$Ip_n = P_n / P_{n.95}$$

A análise da evolução do rendimento e da produção final agrícola foi efectuada com base no cálculo da taxa de crescimento médio anual (*i*) dos respectivos agregados económicos a preços constantes de 1995. Assim:

$$i = ((V_n / V_0)^{1/n} - 1) * 100$$

sendo  $V_n$  e  $V_0$ , os valores final e inicial da série.

---

<sup>2</sup> Preço de base de um dado bem = (preço recebido pelo produtor pela venda do bem)+(subsídios ligados à produção desse bem pagos directamente ao produtor)-(impostos sobre a produção desse bem excepto o imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e os impostos sobre a exportação.

A actividade agrícola encontra-se sujeita a condições de risco e incerteza, nomeadamente o risco em que os seus agentes têm de operar, o que se repercute em variações anuais da produção final durante o período analisado. Para atenuar esta componente aleatória, considerou-se, o cálculo de médias móveis centradas ( $M_t$ ) de três anos. Assim:

$$M_t = 1/N(Y_{t-n} + Y_t + \dots + Y_{t+n-1} + Y_{t+n})$$

sendo N, o número de termos da série original.

### 3 – Resultados

A análise dos indicadores de rendimento efectuada desde o triénio 86/87/88 até 99/00/01 demonstra uma evolução geral positiva, isto é, com taxas anuais de crescimento positivas. Assim verifica-se que o VAB<sub>pb</sub> quer a preços correntes ou constantes evoluiu positivamente com taxas de crescimento médias respectivas de 4,6 e 0,6, para o qual contribuiu o crescimento do produto por unidade de trabalho VAB<sub>pm</sub> em volume por UTA) nos anos noventa (GPPAA, 1999). Este crescimento sustentou-se pela conjugação dos seguintes elementos parcialmente correlacionados: 1) saída ou diminuição da actividade de agricultores com produtividades muito baixas; 2) alterações tecnológicas no sentido de aumentar o rácio bens de capital/mão-de-obra. Paralelamente verificou-se um acréscimo significativo no consumo intermédio, em particular quando medido a preços constantes, atingindo nesta situação um crescimento médio anual de 2,3%, valor que é muito superior ao crescimento do VAB<sub>pb</sub> correspondente. Desta forma os acréscimos verificados no VAB<sub>pb</sub> resultam do aumento de produção e da sua valorização, conseguidos pelo acréscimo significativo da utilização dos factores intermédios da produção agrícola.

Durante o período em análise também é notório uma evolução positiva da remuneração a preços reais do conjunto dos factores primários (terra, trabalho e capital) utilizados pelo produtor. O rendimento dos factores (RF) medido a preços reais cresceu 0,8%, tendo o RF/UTA crescido 4% durante o período em análise em virtude do decréscimo da mão-de-obra agrícola que foi de -5,0%.

A remuneração a preços reais do conjunto dos factores que são pertença do agricultor (trabalho familiar, terra e capital próprio), actualmente designado por Rendimento Empresarial Líquido (REL) segundo o Sistema Europeu de Contas, e por Avillez (2002), evoluiu de forma positiva com um crescimento médio anual de 7,8%. Quando medido em relação ao número de mão-de-obra familiar o crescimento é de 9,1%, o que se justifica devido à diminuição de mão-de-obra familiar na actividade agrícola.

Os resultados apresentados no Quadro 2 analisam a evolução da produção final agrícola bem como dos dois sectores que a compõem, isto é, a produção vegetal e a produção animal e respectivos sub-sectoros desde o triénio 86/87/88 até 99/00/01. A análise foi efectuada por médias móveis centradas, o que como já dissemos, se deve às condições de risco e incerteza em que os produtores têm de operar, situação que tem como consequência grandes oscilações principalmente no volume de produção final agrícola.

Durante o período em análise a produção final agrícola teve um crescimento médio anual de 0,42 o qual se ficou a dever principalmente ao crescimento da produção animal

que em idêntico período cresceu cerca de 1,1%. Contrariamente, neste mesmo período a produção vegetal viu a sua importância relativa decrescer no conjunto da produção final passando de 3280 milhões de euros para 3260 desde 86/87/89 a 99/00/01, com um correspondente crescimento médio anual negativo (-0,05%), quando medida a preços constantes de 1995.

**Quadro 1 - Médias móveis trienais e indicadores de Rendimento do Sector Agrícola em Portugal (milhões de euros)**

Variáveis	86-88	87-89	88-90	89-91	90-92	91-93	92-94	93-95	94-96	95-97	96-98	97-99	98-00	99-01	Taxa Cresc.(%)
VABpb p. corr.	1614	1803	2033	2322	2296	2120	2123	2345	2633	2666	2613	2638	2671	2895	4,6
VABpb p. const.	2386	2407	2429	2491	2429	2293	2310	2455	2598	2599	2538	2522	2520	2582	0,6
C. I. p. corr	1820	1836	2018	2385	2432	2694	2665	2618	2603	2545	2712	2704	2755	2888	3,6
C. I. p. cons.	2087	2263	2442	2607	2639	2671	2650	2614	2634	2639	2654	2677	2720	2790	2,3
RF prec. corr	1273	1419	1599	1867	1855	1677	1693	1945	2277	2353	2335	2384	2373	2556	5,51
RF prec. cons.	1881	1898	1905	2000	1961	1812	1839	2030	2246	2293	2268	2279	2125	2084	0,8
R.E.L. p correntes	676	754	839	1002	922	708	760	1062	1458	1565	1561	1613	1607	1792	7,8
R:E:L p. const	999	1009	988	1074	970	757	816	1094	1435	1525	1516	1540	1505	1526	7,8
Emprego agrícola	974	911	849	787	728	668	625	597	578	553	547	540	533	502	-5,0
VAB/UTA (preç. corr.)	1658	1978	2395	2950	3155	3172	3398	3929	4553	4822	4778	4888	5009	5768	10,1
VAB/UTA (p. const)	2451	2641	2861	3165	3338	3431	3698	4112	4493	4700	4640	4674	4725	5144	-5,0
RF/UTA (preç. corr.)	1307	1557	1884	2372	2549	2510	2711	3258	3937	4254	4269	4417	4449	5092	11
RF/UTA preç. const.	2390	2595	2815	3287	3301	3050	3055	3454	3959	4006	3809	3687	3617	3975	4
REL/UTAF p. corrent)	0,82	0,97	1,16	1,50	1,49	1,25	1,44	2,11	3,01	3,40	3,57	3,84	3,82	4,38	9,1
REL/UTAF (p. Const)	1,21	1,30	1,37	1,60	1,57	1,34	1,55	2,18	2,96	3,31	3,47	3,67	3,58	3,73	9,1

Fonte: INE, 2002 e cálculos do autor

A análise por sub-setores da produção vegetal revela que foram os sub-setores tipicamente mediterrâneos aqueles que maior contributo tiveram para o decréscimo da produção vegetal. Assim, verifica-se um crescimento médio negativo de -7% na produção de azeite, -2,4% na produção de vinho e -4,6% na produção de batata. Contrariamente os sub-setores plantas forrageiras e sobretudo os produtos hortícolas apresentaram o maior contributo para evitar o decréscimo ainda mais acentuado da produção vegetal, apresentando crescimentos médios respectivamente de 1,5 e de 1,7%. A evolução dos sub-setores das frutas e dos cereais também apresentaram um crescimento médio positivo respectivamente de 0,6% e de 0,1%.

No caso do azeite a sua diminuição justifica-se devido ao decréscimo de mão-de-obra agrícola essencial para a colheita da azeitona nos olivais tradicionais existentes. A produção de vinho apesar de apresentar um crescimento médio negativo não está directamente ligado à produção do produto. Este sector tem tido uma evolução bastante positiva do ponto de vista tecnológico diminuindo a produção de vinho de baixa qualidade e preço inferior, aumentando a produção de vinho de qualidade e preço mais

elevado. A emergência de novos produtores a nível mundial e o aumento de concorrência neste sub-sector poderá justificar o crescimento médio obtido.

O aumento de importância relativa dos produtos hortícolas e das frutas ficou a dever-se sobretudo ao aumento de rendimento disponível por parte dos consumidores e de maiores preocupações com a dieta alimentar diminuindo assim a procura de batata. Paralelamente assistiu-se ainda a um crescimento médio das plantas forrageiras que acompanhou a reorientação da produção agrícola para o sector animal.

A análise por sub-sectores da produção animal revela que foram os bovinos, ovinos e caprinos que decresceram, tendo apresentado um crescimento médio negativo respectivamente de -5,6 e de -1,2%. Todos os restantes sub-sectores da produção animal cresceram, em particular o leite e as aves que apresentaram um crescimento médio de 7,2 e de 4,8 respectivamente. Idêntica tendência apresentaram os sub-sectores ovos e suínos com crescimentos médios respectivos de 2,2 e de 1,1%.

**Quadro 2 - Médias móveis trienais e taxa de crescimento da Produção Final Agrícola em Portugal (milhões de euros)**

Rubrica	86-88	87-89	88-90	89-91	90-92	91-93	92-94	93-95	94-96	95-97	96-98	97-99	98-00	99-01	Taxa Cresc.(%)
Produção Agrícola	5388	5440	5450	5798	5722	5509	5226	5128	5275	5308	5295	5401	5531	5688	0.42
Produção Vegetal	3280	3271	3299	3570	3584	3328	3093	2956	3096	3076	2985	3007	3085	3260	-0.05
Cereais	483	501	475	513	464	461	445	457	487	478	481	484	498	487	0.1
Plantas industriais	155	163	181	165	163	145	143	127	129	126	135	133	141	140	-0.8
Plantas forrageiras	214,3	236,3	255,7	282,7	280,0	291,3	282,3	269,3	262,0	250,3	251,3	255,7	262,0	265,3	1,7
Produtos hortícolas	833	831	882	942	1009	964	872	796	783	793	820	879	940	1011	1.5
Batatas	240	229	211	220	232	229	224	217	222	207	196	177	159	130	-4.6
Frutos	572	592	606	651	648	613	587	575	597	620	578	589	575	620	0.6
Vinho	543	506	514	640	638	500	434	422	515	495	416	384	404	510	-2.4
Azeite	230	200	163	144	138	115	96	83	92	96	96	93	92	84	-7
Produção Animal	2105	2166	2148	2225	2135	2179	2132	2171	2177	2229	2307	2391	2444	2426	1.1
Bovinos	639	648	566	560	447	464	388	401	368	372	359	355	342	304	-5.6
Ovinos <sup>3</sup>	204	211	214	212	205	197	190	183	184	183	191	191	187	174	-1.2
Suínos	395	417	438	451	443	450	464	331	314	316	462	476	476	461	1,1
Aves	240	251	258	270	286	300	316	324	339	361	399	424	435	441	4,8
Leite	322	363	409	449	478	488	501	528	567	606	640	694	750	793	7,2
Ovos	204	211	214	212	205	197	190	183	184	183	191	191	187	174	2,2

Fonte: INE, 2002 e cálculos do autor

Pode-se concluir, por um lado que o crescimento dos sub-sectores dinâmicos (suínos, leite, aves e ovos) da produção animal ficou a dever-se a uma maior procura desses produtos pelos consumidores em consequência do aumento do seu rendimento disponível (Fragoso e Lucas, 2002).

<sup>3</sup> A rubrica ovinos também contempla caprinos

No caso do leite, em particular no que diz respeito ao leite de vaca, deram-se importantes passos para fazer face a novos desafios ao nível externo e a nível interno. A nível externo destaca-se a pressão no sentido da redução dos preços institucionais e de mercado na UE e o regime de quotas nacionais de produção imposto pela PAC. A nível interno, o sector leiteiro respondeu através da modernização das suas estruturas positivas e da concentração industrial e comercial, coexistindo, no entanto com situações estruturais desajustadas, que em 1999 levariam à ultrapassagem da nossa quota leiteira (GPPAA, 1999).

A quebra de produção nos bovinos a partir do triénio 91/92/93 é praticamente coincidente com a entrada em vigor da reforma da PAC de 1992, a qual preconizou elevados incentivos à extensificação da produção de carne de bovino. Este decréscimo acentuou-se ainda mais no triénio 95/96/97 devido à crise da BSE, tendo o consumo de carne de bovino sido substituído parcialmente por aves e suínos.

## **Conclusão**

A análise da evolução da agricultura portuguesa desde a adesão de Portugal à CE mostra que houve uma evolução positiva no que concerne aos rendimentos provenientes desta actividade, o que se justifica pelo crescimento da retribuição dos factores tradicionais da produção. Paralelamente a agricultura portuguesa acompanhou as suas congéneres no que concerne à evolução da população empregada na agricultura diminuindo os seus activos agrícolas. Esta diminuição não contribuiu no entanto para o abandono da actividade, uma vez que a produção final agrícola e o VAB tiveram uma evolução positiva.

Paralelamente a agricultura portuguesa orientou-se claramente no sentido de incrementar alguns sub-sectores da produção animal devido a um acréscimo de procura por parte dos consumidores que resulta em parte devido ao efeito de substituição verificado com a carne de bovino para outros sub-sectores, nomeadamente para os suínos e aves, que se deveu à quebra de confiança temporária no produto devido à crise da BSE. Para além desta situação é igualmente notório a orientação no sentido da extensificação dos sub-sectores bovinos, os ovinos e os caprinos, para o qual contribuiu a entrada em vigor da reforma de 1992 que preconizou elevados incentivos à extensificação.

Em síntese conclui-se que os ajustamentos verificados ao nível da produção agrícola e dos seus rendimentos, reflectem os ajustamentos da política de preços e de mercados agrícolas, como consequência do processo de harmonização das políticas de preços e de mercados agrícolas e comunitários .

## **Referências bibliográficas**

Avillez, Francisco, 2002. Evolução dos Rendimentos dos Produtos agrícolas. O Economista 2002, Anuário da Economia Portuguesa, 272-274.

Estácio, F., 1983 . O Sector Agrícola em Portugal: Evolução Passada e Perspectivas Futuras. In Portugal of Brink of Europe, Proceedings of Conference, June 28 and 29, Oeiras, MAFA, OICD, USDA, 5-25.

Fragoso, Rui M. S., Lucas M. R D. V., 2002. Indicadores de evolução do Sector da Produção Animal Após a Adesão de Portugal à União Europeia. Associação Portuguesa de Engenheiros Zootécnicos. Vila Real, Portugal, 736-741.

Instituto Nacional de Estatística, 2002. Contas Económicas da Agricultura.

Instituto Nacional de Estatística, 2003. Contas Económicas da Agricultura.

Instituto Nacional de Estatística, 1997. Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas

Instituto Nacional de Estatística, 1998. Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas.

Gabinete de Protecção e Política Agro-Alimentar, 1998. Panorama Agricultura.

Gabinete de Protecção e Política Agro-Alimentar, 1999. Panorama Agricultura.

Gabinete de Protecção e Política Agro-Alimentar, 2000. Panorama Agricultura.

Tavares, L., Oliveira, R. Themido, I., e Correia, F., 1996. Investigação Operacional. McGraw-Hill, Alfragide, Portugal, 447pp.